

# Como ninguém emprestou, a dívida cresceu menos

**ARNOLFO CARVALHO**  
**Da Editoria de Economia**

O Brasil fechou suas contas do ano passado com a dívida externa calculada preliminarmente pelo Banco Central em US\$ 90,7 bilhões: o crescimento de 8,9%, em relação ao débito de US\$ 83,2 bilhões ao final de 1982, foi menor do que esperava o Governo, porque os credores não quiseram emprestar nenhum dinheiro novo ao País, adiando para o próximo dia 27, em Nova Iorque, a assinatura dos contratos do jumbo de US\$ 6,5 bilhões, da rolagem das amortizações e dos créditos comerciais e interbancários.

O adiamento teve como consequência, também, o fechamento do balanço de pagamentos de 1983 com um déficit de US\$ 3,3 bilhões, incluindo US\$ 2,5 bilhões de compromissos atrasados e US\$ 800 milhões do aumento de obrigações de curto prazo, decorrentes dos desembolsos do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao Brasil. O balanço de pagamentos com dados definitivos só ficará pronto daqui a alguns meses, mas os dados preliminares já serão utilizados pelo Banco Central na nova "Programação do Setor Externo", que será entregue aos banqueiros nos próximos dias.

A dívida externa registrada, formada pelos compromissos de médio e longo prazos, aumentou 13,5% no ano passado, subindo de US\$ 70,1 bilhões para US\$ 79,7 bilhões. A previsão do Banco Central era que esta parte principal da dívida chegasse ao final de 1984 com saldo de US\$ 92,8 bilhões. Já as obrigações de curto prazo, denominadas na terminologia oficial de "dívida externa não re-

gistrada", chegaram a apresentar uma queda de 11,2% em 1983, fechando com o saldo de US\$ 11 bilhões contra US\$ 13,06 bilhões em dezembro de 82. Esta redução ocorreu por causa da desconfiança dos banqueiros.

Mesmo assim, o acerto entre o Banco Central e os economistas dos bancos estrangeiros jogava com US\$ 8,4 bilhões de saldo na dívida de curto prazo de 1983, que deveria cair para US\$ 7,9 bilhões ao final de 1984. Estas projeções, que serão revistas agora em função dos resultados do balanço de pagamentos, contavam também com um saldo total na dívida externa brasileira de US\$ 100,8 bilhões até dezembro deste ano. Até agora os técnicos ainda não refizeram esta projeção por falta de definição dos contratos do refinanciamento da "fase 2".

A redução no crescimento da dívida brasileira é o principal compromisso, do acordo com o FMI (que se destina exatamente a evitar a insolvência do País e a moratória). Este crescimento, que foi de 15,8% em 1982, deveria cair para 10,4% em 1983 e para 9,7% este ano, se o pacote de US\$ 30,5 bilhões combinado com o Comitê de Assessoramento em setembro tivesse sido assinado até dezembro último. A taxa de aumento da dívida, portanto, ficou abaixo da meta por causa da paralisação no fluxo de entrada de empréstimos externos em 83.

O pacote a ser assinado pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e pelo presidente do Banco Central, Affonso Pastore, no próximo dia 27, representará um aumento correspondente aos US\$ 6,5 bilhões de dinheiro novo (empréstimo-jumbo, ou projeto 1), na rubrica da dívida de

longo prazo, além de outros aumentos decorrentes dos custos financeiros da renegociação. No projeto 2, referente à transformação de US\$ 5,3 bilhões de amortizações devidas em 84 em novos empréstimos com oito ou nove anos de prazo, não há alteração no total da dívida a não ser pelo aumento do custo financeiro da renegociação. No projeto 3, onde o Governo tenta obter dos bancos estrangeiros a garantia de que vão manter um saldo de pelo menos US\$ 10,3 bilhões nas linhas de crédito comercial para as importações brasileiras, o impacto limita-se à dívida de curto prazo (não registrada).

O mesmo ocorre com o projeto 4, através do qual as autoridades brasileiras estão solicitando aos banqueiros que mantenham em pelo menos US\$ 6,3 bilhões o saldo de seus depósitos a curto prazo nas agências de bancos brasileiros no exterior. Tudo indica que tanto no crédito comercial quanto no interbancário o Governo não conseguirá fechar os valores pretendidos inicialmente, o que significa novos problemas antes do fim do ano. Mas além desta negociação com os credores privados, o Brasil está acertando as contas externas também com os governos dos países ricos.

Junto aos 16 países industrializados que compõem o informal Clube de Paris foram renegociados US\$ 3,8 bilhões, que serão transformados em dívida de longo prazo. O Governo brasileiro calculava este valor bem abaixo, em torno de US\$ 2,5 bilhões, mas acredita-se que foram incluídas no refinanciamento também algumas dividas bancárias que tinham garantia dos governos representados no clube, saindo portanto do projeto 2.